

Uma área de 9,4 milhões de hectares, onde vivem 9 mil índios ianomami, foi reconhecida ontem por Collor. Mas o ministro do Exército não ficou satisfeito com a medida.

Governo reconhece território dos ianomami

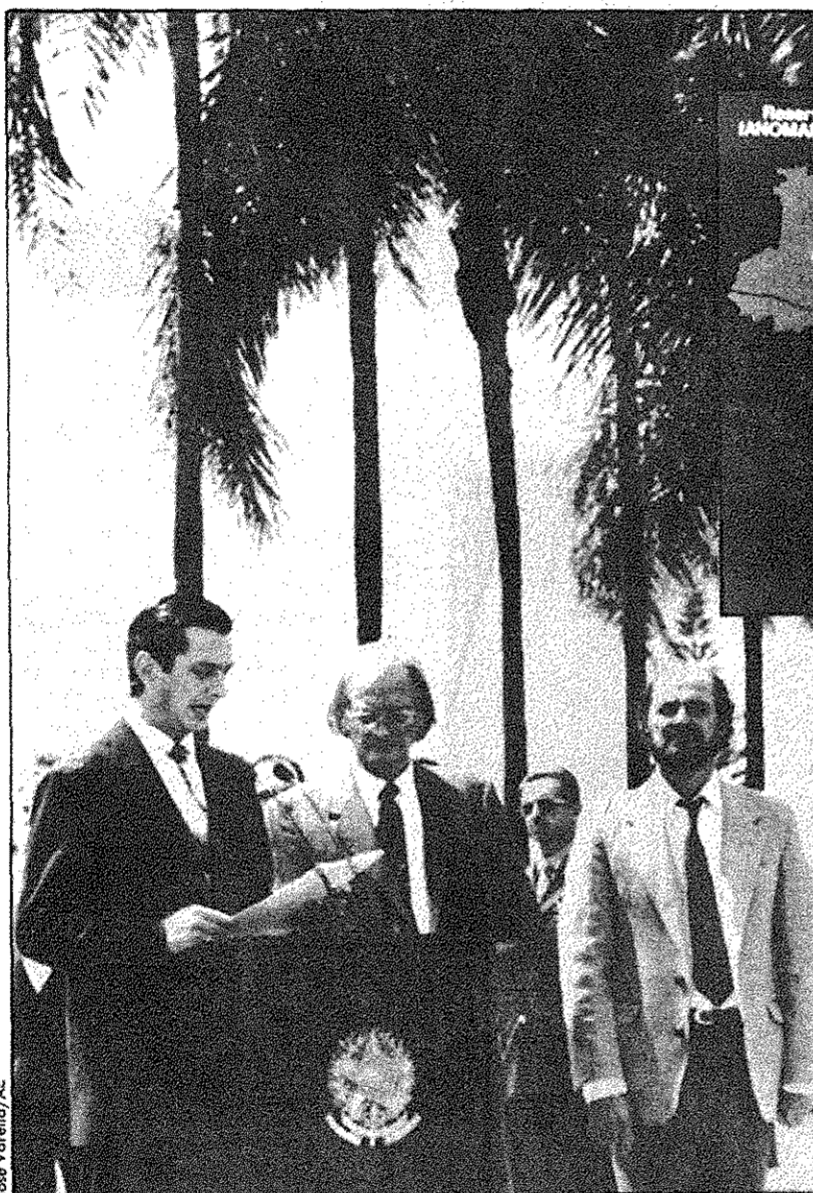
DIANA FERNANDES/AE

O presidente Fernando Collor anunciou ontem, em solenidade nos jardins do Palácio da Alvorada, o reconhecimento das terras ianomami — uma área de 9,4 milhões de hectares, nela incluída “a faixa de fronteira de exercício pleno da soberania nacional”. Logo no início de seu pronunciamento, Collor ressaltou que a decisão se apoiava em “sólido consenso no âmbito do Executivo”, mas a irritação do ministro do Exército, general Carlos Tinoco, que não aplaudiu o anúncio do ato presidencial e negou-se a fazer comentários, demonstrava que os militares ainda não concordam com a inclusão da faixa de fronteira nas terras ianomami.

Sem declarações

O êxito das negociações entre os vários setores do governo para demarcar os a área prevista no projeto original da Funai foi atribuído ao ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, tanto por Collor, como pelo presidente da Funai, Sidney Possuelo. “É o compromisso efetivo do presidente Collor”, explicou Possuelo, que não quis definir a demarcação como uma vitória, “porque não há perdedores”. Os militares, com a ajuda do ministro da Educação, José Goldemberg, defendiam a redução da área ianomami para 2 milhões de hectares, alegando que seria necessário preservar a faixa de fronteira com a Venezuela, por questão de segurança nacional.

Para demonstrar que essas divergências foram sanadas, Collor referiu-se ao assunto: “Com a decisão de hoje, a soberania continua intacta e saiu reforçada, pois estamos colocando em prática o artigo 20 da Constituição, que in-



clui, entre os bens da União, as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios”. Passarinho também se encarregou de dizer que “essas preocupações foram neutralizadas”. Só o general Tinoco não se mostrou satisfeito. “Não tenho nenhuma declaração a fazer”.

Com a portaria do ministro Passarinho, reconhecendo a área dos ianomami, a Funai poderá iniciar o processo de demarcação. O prazo estabelecido pela Constituição para o governo demarcar as terras indígenas termina em outubro de 1993. O custo da demar-



O presidente Collor anuncia a criação do território ianomami, tendo à sua direita o secretário do Meio Ambiente, José Lutzemberger, e o presidente da Funai, Sidney Possuelo. Atrás, o ministro do Exército, general Carlos Tinoco. No canto superior esquerdo do mapa (em branco), a área demarcada.

cação e da retirada dos garimpeiros — pouco mais de 70 em toda área — será de Cr\$ 3 bilhões, informou Possuelo.

Na solenidade, Collor divulgou também um plano de trabalho das Diretrizes Estratégicas para o Desenvolvimento da Amazônia, que defende o desenvolvimento sustentável da região. Sancionou ainda o projeto de lei que cria a Zona de Livre Comércio em Pacarema e Bonfim, em Roraima.

Pressão da comunidade internacional foi decisiva

A pressão da comunidade internacional e a proximidade da Rio-92 levaram o presidente Collor a decidir pela demarcação dos 9,4 milhões de hectares da reserva Ianomami. Também pesou a chegada ao Brasil, amanhã, do presidente da Venezuela, Carlos Andrés Pérez, que destinou, em agosto deste ano, 8,3 milhões de hectares aos Ianomami e transformou a reserva indígena em patrimônio da humanidade.

A notícia de que Collor havia determinado o reestudo da demarcação da área repercutiu negativamente no exterior. A organização Survival International, propôs oficialmente às demais organizações envolvidas com a causa ambiental e indígena o boicote sumário à Rio-92. A Anistia Internacional também enviou telegramas de protestos ao Planalto e ao Ministério da Justiça. A pauta de uma reunião preparatória para a Rio-92, marcada para dezembro, em Paris, foi modificada para priorizar a situação dos Ianomami.

A preparação do anúncio da demarcação da reserva Ianomami movimentou o Palácio do Planalto na madrugada de ontem. Assessores redigiram boletins em cinco idiomas (inglês, francês, alemão, italiano e japonês) para distribuir para as agências de notícias internacionais. A Radiobrás também passou a sexta-feira toda ocu-

pada em organizar material de arquivo para alimentar as agências internacionais. A TV Nacional preparou um programa sobre os índios e mandou sinal internacional ao vivo da solenidade. Com a demarcação, Collor teve a sua mais expressiva vitória contra a tutela que os militares, principalmente os do Exército, insistiam em exercer sobre o governo civil.

Negociações tensas

A operação envolveu inúmeras negociações, conduzidas pelo Itamaraty e incluiu até a ameaça de um sério incidente entre os presidentes Fernando Collor e George Bush, presidente dos Estados Unidos. Bush queria, mas foi impedido de desembarcar na terra dos Ianomamis quando veio ao Brasil. Irritado porque o Itamaraty cedera às pressões dos militares, o embaixador Richard Melton criticou o governo brasileiro publicamente. O dia da visita de Bush ao Brasil foi tenso e no jantar que o governo brasileiro ofereceu a ele a ausência mais notada foi a do ministro do Exército. A união dos Ianomami da Venezuela e do Brasil, numa “nação”, sempre foi o medo dos militares brasileiros. Eles temem a formação de um território independente.

Pamela Nunes/AE
e Vanda Célia

Governador do Amazonas diz que área quatro vezes menor bastaria

O governador do Amazonas, Gilberto Mestrinho (PMDB) não gostou do anúncio da demarcação de uma área de 9,4 milhões de hectares como reserva dos índios Ianomami. “São 3.730 Ianomami em 90 aldeamentos de quatro grupos diferentes. Eles não são nômades coisa nenhuma. Não se justifica dar a eles uma superfície 200 mil hectares maior que Portugal, onde vivem 12 milhões de habitantes. É uma área 63 vezes maior que a cidade de São Paulo, onde vivem 16 milhões de pessoas”, afirmou Mestrinho, que defendeu a demarcação de uma área “dentro das necessidades dos índios”.

“A maioria dos Ianomami vive do lado venezuelano. Nos dois

países há entre 10 mil e 12 mil índios. Seria mais que suficiente destinar a eles 2,4 milhões de hectares — o que já seria uma área 17 vezes maior que São Paulo”, argumentou Mestrinho. “Numa área menor, será possível dar atendimento médico a eles. As forças de segurança poderiam garantir seus direitos. E eles poderiam se integrar à sociedade, que é o desejo deles”, afirmou.

“Ninguém pode ignorar que as pressões para preservar a Amazônia só começaram depois que se constatou que a região é maior província mineral do mundo”, afirmou Mestrinho, que defendeu a mineração “racional” na região, por empresas organizadas.